

A crise pede convergência

OS partidos políticos parecem ter-se sensibilizado com a crise econômica do País, que exige ação, e ação imediata: um grupo de sete partidos encontrou-se na quinta-feira para uma reunião preliminar que discutiu a elaboração de um plano de emergência. Entre eles o PT, que até já se antecipou: encenou-o a uma comissão de especialistas, que agora o tem pronto, para exame da Executiva Nacional.

A PREOCUPAÇÃO que se manifesta deveria ter sido uma constante, na vida de todos os partidos: todo partido político é, por definição, proposta específica de exercício do poder. Ora, nada se propõe a sério, sem partir de uma realidade concreta; tanto quanto só se pode aspirar ao poder com noção nítida dos meios e instrumentos existentes para exercê-lo.

NO MOMENTO, não há mesmo projeto político viável, sem a precondição de um encaminhamento efetivo da crise em que nos encontramos todos. Não há sentido em partido algum que não apresente propostas realistas e abrangentes de superação da crise. Porque a pergunta sobre quem nos irá governar depende da resposta a esta outra: como governar?

COMO governar um País visivelmente ameaçado de hiperinflação e de um futuro im-

dato hipotecado à dissipação dessa ameaça? Como se lançar à sucessão presidencial, desviando a atenção da herança econômica e social que o atual Presidente legará ao próximo? Como, em síntese, garantir a rotina da transição política, sem ter dominado a evolução econômica e social em vias de escapar de um controle pactuado?

MAS a iniciativa dos partidos chega depois de um projeto de execução já desencadeada, o Compromisso Social; e que, a despeito dos incontáveis obstáculos a vencer — dos interesses em conflito à sabotagem da indiferença e da descrença —, vense aproximando, com perseverança, de uma trégua na crise. Então, podem os partidos se negar a pelo menos considerar o Compromisso Social?

NÃO é a originalidade, nem a primazia que deve agora tomar a atenção dos partidos. É a gravidade e a iminência dos perigos; é o raio de difusão da crise. Não há quem esteja a salvo dos perigos; não há setor da sociedade fora do alcance da crise. E, se os partidos são respostas múltiplas às aspirações da sociedade, quando estas convergem sobre o mais urgente e vital, tais respostas devem caminhar também para a homogeneidade possível — para somar, e não para dividir.

A PREVALECR, contudo, uma preocupação fútil com a ori-

ginalidade e a identidade das organizações partidárias, o que se pode antecipar, mais que a dispersão das propostas, será a anulação de todas as soluções. Propostas partidárias em concorrência e até com exclusão do Compromisso Social (o Presidente do PT, Olívio Dutra, o descartou como "conversa fiada") acabam se transformando em simples bandeiras de luta política. E é sacrifício demais para a sociedade brasileira imobilizar-se na expectativa do desenlace de tal luta: por que a sociedade deveria ser imolada ao triunfo de qualquer uma de suas organizações políticas?

O QUE deve prevalecer é a solução de necessidades fundamentais e prementes da sociedade: é sobre o acordo amplo quanto ao atendimento dessas necessidades que se sustenta o regime democrático; é sobre ele que se abre a variedade de opções políticas; é ele que permite vingarem e florescerem as organizações partidárias.

UMA proposta única e excluente, para atendimento dos problemas de uma sociedade, só é solução em detrimento desta mesma sociedade. Será a proposta auto-suficiente dos que encaram o Estado sob a perspectiva de dominação da sociedade; e o poder, como patrimônio privilegiado de um partido — o poder, não o serviço, que é a razão de ser do Estado democrático.